

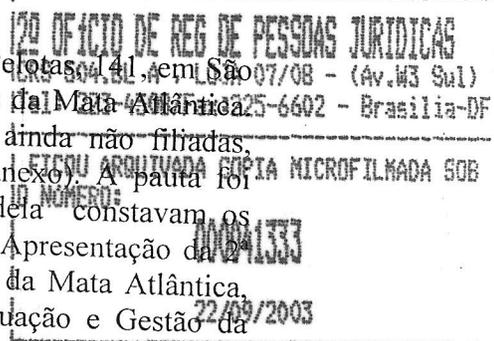
**REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS  
DA MATA ATLÂNTICA**

**4ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

08 MAIO 2002

MICROFILMAGEM

23632



No dia 01 do mês de dezembro de 2001, no Sesc Vila Mariana, rua Pelotas, 41, em São Paulo, realizou-se a 4ª Assembléia Geral Ordinária da Rede de Ong's da Mata Atlântica. Estavam representadas 40 (quarenta) entidades filiadas e 07 (sete) ainda não filiadas, aguardando aprovação pela Assembléia (lista dos participantes em anexo). A pauta foi apresentada por Renato Cunha (Gambá), Coordenador da RMA, e dela constavam os seguintes pontos: Apresentação do Relatório de Atividades da RMA, Apresentação da Fase do PPG-7 e do Subprograma da Mata Atlântica, Projeto de Lei da Mata Atlântica, Campanha Desmatamento Zero, Projetos da RMA, Avaliação da Atuação e Gestão da RMA, Plano de Ação com Base no Projeto Institucional da RMA, Aprovação do Relatório de Atividades e Relatório Financeiro, Aprovação e Exclusão de Entidades, Mandato da Coordenação, Alteração do Estatuto, Eleição de Representações da RMA para Comissões Oficiais, Aprovação do Plano de Ação para 2002. A assembléia foi conduzida por Renato Cunha, e fizeram parte da mesa, Maria Dalce Ricas (Amda), vice-coordenadora, Pedro Eduardo Graça Aranha (Os Verdes), Mario Mantovani (Fundação SOS Mata Atlântica), Maria Celina (Assecan), Maria das Dores (SNE). Renato Cunha e Maria Dalce apresentaram o relatório de atividades da RMA, do período de junho de 2000 a novembro de 2001, que foi aprovado com algumas alterações. Em seguida foi passada a palavra para Wigold B. Schaffer Secretário Técnico Adjunto do PDA, que apresentou as seguintes informações sobre a segunda fase do PPG-7 e do Subprograma da Mata Atlântica: **Segunda Fase do PPG7** - Wigold relatou que em maio de 2001, na cidade de Cuiabá, os participantes do PPG7 aprovaram uma proposta do Governo Brasileiro no sentido de elaborar uma segunda fase, transferindo a responsabilidade da elaboração para a coordenação geral do programa. A proposta de segunda fase está sendo construída com base em Linhas Temáticas e Mecanismos de Implementação, com o objetivo de agilizar procedimentos e dar maior eficácia ao Programa. **Linhas Temáticas:** A proposta preliminar contempla seis linhas temáticas: a) Gestão pública e Comunitária de Áreas Protegidas; b) Produção Sustentável; c) Monitoramento, prevenção e controle ambiental de queimadas e desflorestamento.; d) Desenvolvimento territorial; e) Gestão Ambiental Municipal e desenvolvimento local sustentável; f) Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Chamou a atenção para a linha de Produção Sustentável, voltada para ações a serem implementadas por organizações da sociedade civil e que deverá ser operada pelo Subprograma de Projetos Demonstrativos - PDA. **Mecanismos de Implementação:** Diferentemente da primeira fase, a proposta preliminar da segunda fase do PPG7 contempla quatro modalidades de contratação de recursos: a) Contratos com a União; b) Contratos com os Estados; c) Contratos com Agências Federais; d) Contratos Privados. Além das modalidades de contratação, está sendo elaborada uma proposta de criação de uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a qual poderia operar com contratos privados, especialmente para implementar a Linha Temática de Produção Sustentável. **Origem da Lei das OSCIP's:** Wigold fez um relato das dificuldades que, historicamente, as ONGs enfrentam para obter recursos públicos. Destacou que o governo não dispõe de mecanismos dentro da legislação que rege os serviços públicos que permitam agilidade no

08 MAIO 2002

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB  
IO NOME:

00001333  
22/08/2003

repassa de recursos. Além disso, sempre existiram uma série de entraves e proibições, como por exemplo, a proibição de financiar despesas meio, bens de capital e pagamento de salários, quando se trata de projetos de ONGs. Explicou que essas dificuldades levaram um conjunto de ONGs e representantes do governo, sob a coordenação do Conselho da Comunidade Solidária, a propor a Lei das OSCIPs, que foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional em 1999. **OSCIP para o PDA:** A proposta de criar uma OSCIP para gerir parte do PPG7, foi feita pelas redes RMA e GTA, durante um seminário conjunto, realizado em setembro de 1999 em Brasília. Inicialmente, a proposta em discussão prevê, absorver o PDA e seus componentes (PDPI, PDA-Mata Atlântica, PDA-Prodesque, PDA-Consolidação). Esta OSCIP poderia no futuro tornar-se o mecanismo de gestão de outros recursos do Ministério do Meio Ambiente, Tesouro Nacional, Doadores Internacionais e recursos de Instituições Privadas, destinados a projetos descentralizados de Instituições Não Governamentais. **Resumo da proposta de OSCIP:** Deverá ser uma associação a ser criada por iniciativa das Redes de Organizações da Sociedade Civil tais como: GTA-Grupo de Trabalho Amazônico, GTA-COIAB- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, GTA-CNS-Conselho Nacional dos Seringueiros, GTA-ONGs de assessoria e ambientais da Amazônia, CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, RMA-Rede de ONGs da Mata Atlântica, entre outras; o Conselho Diretor seria formado pelos sócios (redes) e por membros convidados de órgãos do Governo e dos doadores internacionais que participam do PPG7; a associação terá um Conselho Fiscal; a Secretaria Executiva será responsável pela execução das atividades da OSCIP e o Secretário Executivo será indicado pelo Conselho Diretor enquanto que o Secretário Adjunto será indicado pelo Secretário Executivo e aprovado pelo Conselho Diretor; a OSCIP terá gerentes para projetos ou linhas temáticas e Comissões Executivas as quais serão responsáveis, a exemplo do que já acontece no PDA, pelo julgamento e aprovação dos projetos a serem apoiados. Wigold declarou ainda, que no seu entender, a criação de uma OSCIP nos moldes do que está sendo proposto, é uma grande oportunidade para a RMA. Rui Rocha (IESB) manifestou-se favorável à definição de instrumentos de implementação para gerir os recursos do PPG7 e a criação da OSCIP; César Musso (Avidepa) sugeriu que a sociedade civil, pelo poder de fogo das ONG's, participe ativamente da discussão dos programas de Gestão Ambientais e das políticas; João Paulo Capobianco (ISA) afirmou que essa proposta de criação de uma OSCIP é um avanço e que os doadores e o próprio governo estão de acordo com a questão. Questionou como seria feita a composição do Conselho da OSCIP e sugeriu que a RMA deveria ter uma proposta no sentido de garantir igualdade de representação, tendo em vista que o GTA tem maior número de sub-redes; Djalma Weffort (Apoena), afirmou que a OSCIP realmente poderia ser uma oportunidade; Ulisses (Foehr-RS) manifestou preocupação com a criação de uma OSCIP pois declarou que tratava-se de uma forma do Governo livrar-se de suas obrigações e de privatizar o Estado; Rubens Born (Vitae-Civillis), sugeriu que a rede disponibilizasse um site para que os filiados pudessem emitir seus comentários sobre o assunto; Betsey manifestou que a discussão seja mais aprofundada e sugeriu que seja realizado um seminário para esta discussão; Wigold esclareceu que a criação da OSCIP, deve ser uma iniciativa das Redes, porque quem pode criar OSCIP é a sociedade civil e não o Governo. Neste caso a coordenação do PPG7 e do PDA, estariam à disposição para auxiliar e facilitar os encaminhamentos. Explicou ainda, que a OSCIP da forma que vem sendo proposta, não implica em perda de ação política das Redes já existentes e sugeriu que a coordenação da

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB Nº 1333  
22/09/2003

RMA seja responsável pelo acompanhamento do processo e que seja realizado um encontro com as demais redes para elaboração de um documento gerenciador. A plenária delegou para a coordenação da RMA a tarefa de acompanhar e implementar as discussões e de repassar a todos os filiados e interessados o andamento das mesmas. Ficou entendido que a coordenação deverá fazer as articulações necessárias com as demais redes da Mata Atlântica e da Amazônia no sentido de construir a melhor proposta. **Subprograma Mata Atlântica:** Wigold informou que em 20 de novembro de 2001, durante as negociações intergovernamentais Brasil X Alemanha, o Governo Alemão anunciou a doação de DM 30 milhões para o Subprograma. Estes são os primeiros recursos captados e deverão ser implementados pelo PDA - Componente "Ações de Conservação da Mata Atlântica". Por definição do Governo alemão, estes recursos deverão ser destinados exclusivamente a projetos de Organizações Não Governamentais voltados a conservação da Mata Atlântica; Miriam Prochnow (NAPMA), informou que as negociações finais deverão acontecer no início do próximo ano numa missão de avaliação da proposta já apresentada ao KFW. Nesta missão deverá haver a participação da RMA. Estão previstas as seguintes ações e linhas temáticas para o componente: a) Projetos de demanda induzida para Ações de nível nacional; b) Projetos de demanda espontânea para ações de nível local/regional. Wigold informou ainda que estão previstas ações de conservação em âmbito nacional, regional e local: - Ações de âmbito nacional: a) Implantação de um programa de monitoramento participativo da Mata Atlântica em âmbito Nacional; b) Capacitação em gestão de UCs; c) Implantação de sistema de cadastro e monitoramento de UCs do Domínio em nível nacional; d) Estudo para identificação, valoração e regulamentação dos serviços ambientais da Mata Atlântica e desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores. - Ações de âmbito local e regional: a) apoio à criação e implantação de UCs municipais e privadas; b) estudos para ampliação e/ou criação de UCs e outras medidas mitigadoras de impactos sobre a Mata Atlântica, em áreas críticas de expansão urbana; c) campanhas de conscientização e mobilização regionais/estaduais sobre preservação e conservação da Mata Atlântica; d) elaboração de planos e implantação de corredores ecológicos em áreas prioritárias estabelecendo conectividade com áreas de APPs e reserva legal em âmbito local e regional; e) restauração e recuperação da cobertura vegetal nativa e outras medidas mitigadoras do efeito da fragmentação de habitats em áreas prioritárias e em áreas de mananciais e recarga de aquíferos; f) uso sustentável dos recursos naturais através do ecoturismo em áreas de relevância ambiental; g) Apoio a estratégias de recuperação de Áreas de Preservação Permanente e da Reserva Legal. Em seguida foram apresentadas informações sobre o PL da Mata Atlântica. Segundo, Írismar Mendes, Assessora Parlamentar do Ministério do Meio Ambiente, a preocupação dos deputados, na semana seguinte à realização da Assembléia, seria com a votação do Código Florestal, e, se ele fosse votado, favoreceria a votação do PL da Mata Atlântica. Írismar informou também que a Câmara estava integralmente voltada para a apreciação do orçamento da União para 2.002, mas comprometeu-se a verificar a possibilidade da votação do PL da Mata Atlântica, na terça-feira, 04/12/2001 e informar a RMA sobre isto, explicando ainda que o projeto já estava pronto, mas a votação dependeria da boa vontade do Congresso. Após sua explanação, iniciaram-se os relatos sobre a Campanha Desmatamento Zero. Mário Mantovani relatou que até aquela data, haviam sido recolhidas aproximadamente 150.000 (cento e cinquenta mil) assinaturas e que a Coordenação da RMA havia se posicionado pela continuidade da campanha, já que tudo indicava que o Projeto de Lei da Mata Atlântica não

3

7.º SETÍMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº 004

08 MAIO 2002

Dr. José Antonio Michalual  
Oficial

22/08/2003

seria votado em 2.001 como se esperava. Cecília Pugliese, componente do Núcleo Ecológico Pipa, solicitou maior apoio às entidades menores para que realizassem a campanha. Mário ressaltou que seria necessário uma pessoa que cuidasse do site [desmatamentozero.ig.com.br](http://desmatamentozero.ig.com.br). O site foi criado mas não está sendo mantido. Renato Cunha propôs que fossem reforçados os "elos" regionais e acionada a imprensa caso não fosse votado o Projeto na semana seguinte. Foi feita uma breve avaliação sobre os resultados apresentados no Seminário "Quem Faz o Que Pela Mata Atlântica", realizado no período 28 a 30 de novembro de 2001. João Paulo Capobianco (ISA) prestou informações sobre o Curso Arcview que foi organizado pelo ISA juntamente com a SNE e executado no período 09 a 11 de novembro deste ano. O curso teve como objetivo capacitar 17 (dezesete) entidades para o monitoramento da atuação em áreas da Mata Atlântica. Segundo, Capobianco, as entidades que receberam capacitação deveriam transmitir as informações às outras entidades que não participaram do treinamento. César Meyer (Avidepa/ES), sugeriu que houvesse maior equilíbrio entre capacitação e estrutura das ong's e que a comunicação da RMA precisava ser ampliada. Em seguida foi feita a avaliação da gestão da RMA, sendo que o ponto mais destacado foi a necessidade de um cadastro atualizado das entidades filiadas para que a comunicação fluísse com maior eficiência. Renato Cunha (Gambá) informou que estava sendo criado um grupo de e-mail de discussão para que as entidades pudessem ter maior participação no processo decisório. A reunião desse dia foi encerrada às 19:20 horas, tendo ficado os outros assuntos para serem tratados no dia seguinte. No dia seguinte, dois de dezembro de 2001, às 9:00 horas, a Assembléia se reiniciou, dando continuidade aos assuntos em pauta. Marcelo Maciel, assessor Contábil da RMA, apresentou o relatório financeiro, do período junho de 2000 a novembro de 2001, composto por uma planilha geral e um resumo, que fazem parte como anexos desta ata. As despesas foram discriminadas por categorias e as despesas mensais de cada escritório, foram apresentadas separadamente. Foi apresentada também a relação de bens (patrimônio) da RMA. Foi constatada inadimplência quase absoluta no que se refere ao pagamento das anuidades. Maria Dalce Ricas (Amda) sugeriu que o valor da anuidade fosse estipulado de acordo com a possibilidade financeira de cada entidade. O relatório financeiro foi aprovado pela assembléia. Em seguida, passou-se à aprovação e exclusão de entidades. Alessandro Menezes (Ecoa) fez a leitura das entidades cujos processos seriam apreciados: Instituto Terra Azul (CE), Aquasis (CE), Grupo de Estudos de Sirênios, Cetáceos e Quelônios (PE), Associação Pataxó de Ecoturismo (BA), Grupo Ambiental Guigui (BA), Grupo Ecológico Cariris (BA), Aprec - Associação de Proteção e Ecossistemas Costeiros (RJ), Reserva Ecológica Guapiaçu (RJ), Verde Cidadania (RJ), Bicuda Ecológica (RJ), Instituto Ipanema (RJ), Ecomarapendi (RJ), Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária - Idaco (RJ), Ong "Sítio da Tia Marianinha" (MG), Sociedade de Amigos de Iracambi (MG), Associação de Guias de Turismo de Bonito (MS), Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil (SP), Physis - Cultura e Ambiente (SP), Organização Conservacionista Mundo Ancestral (SP), Instituto Pro- Sustentabilidade (SP), Cave - Coletivo Alternativa Verde (SP), Fundação Santo André (SP), Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA (SP); Organização Bio-Bras, Bird Life Internacional do Brasil (SP); Vida Verde Associação Joinvilense (SC), Aprender - Entidade Ecológica (SC), Instituto Esquilo Verde (SC), Associação Ação Nascente Maquine - Anama (RS), Associação Trescoroense de Proteção ao Ambiente Natural (RS), Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual do Itapuã - Clepei (RS), Cooperativa dos

4

7.º SÉTIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº

08 MAIO 2002

Dr. José Antonio Michaluat  
Oficial

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB  
000041333  
22/07/2003

Citricultores Ecológicos do Vale do Cai – Ecocitrus (RS), Movimento Nacional para Defesa ambiental (RS), Núcleo Sócio Ambiental Araçá-Piranga (RS), Onda Verde – Preservando o Meio Ambiente (RS), União pela vida – UPV (RS), União Protetora do Ambiente Natural (RS). João Batista Alano, solicitou a apresentação do pedido de filiação da entidade do Tempo (SC), que não havia sido citada. Renato Cunha propôs a filiação do Instituto Murici (AL), que também não havia sido citado. A Assembléia, por unanimidade, aprovou a filiação de 40 (quarenta) entidades, recusando a filiação do Consorcio dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu e SOS Brasil Ecológico, por não terem sido consideradas ONGs. Decidiu ainda que ficariam na lista de espera, as entidades Contato Agencia Aquariana, Organização para Preservação Ambiental e Reflorestamento e Ponto Terra (MG) por não terem enviado a documentação completa. Djalma Wfforte (Apoena – SP) lembrou uma questão que havia sido levantada na última Assembléia em Campo Grande, sobre a abertura para inclusão de ong's argentinas e paraguaias, sugerindo a exclusão no estatuto, de que sejam somente ong's brasileiras. Renato Cunha, sugeriu que a discussão do assunto fosse remetida para o item alteração do estatuto. Em seguida, Mario Mantovani (SOS Mata Atlântica) e Pedro Eduardo Graça Aranha (Os Verdes) apresentaram a relação de entidades cuja exclusão, por não mais existirem, deveria ser apreciada pela Assembléia: Associação Brasileira de Veterinários de Animais Selvagens e Centro de Atividades Culturais e Econômicas Sociais – CACES, do Rio de Janeiro; Movimento Ecológico Rudá – OBI e Sociedade de Pesquisa e Educação Ambiental, de Santa Catarina; Verdever, Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais – IPEF, de São Paulo. A Assembléia, por unanimidade, deliberou pela exclusão dessas 06 (seis) entidades. Encerrado esse tema da pauta, a Assembléia discutiu sobre o mandato da atual coordenação que foi eleita no último Encontro Nacional, em Campo Grande. De acordo com o estatuto da RMA, o mandato encerraria em maio de 2.002. No entanto, devido a diversos problemas, entre eles, a incerteza de recursos suficientes para a realização de outra Assembléia nesse mês, a mesa propôs a que o mandato dos coordenadores fosse prorrogado até o próximo encontro, previsto para agosto de 2002, o que foi aprovado por unanimidade. A seguir, foram referendadas pela Assembléia, as seguintes representações da RMA: Fórum Brasileiro de ONG's, que tem como titular Renato Cunha e suplente Pedro Eduardo Graça Aranha (mandato de um ano), Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, representada por Mário Mantovani, CCC - Coordenação do PPG7 tem como titular Renato Cunha e suplente Maria Dalce Ricas, Comissão de Coordenação Brasileira – CCB do PPG7 tem como titular Renato Cunha e suplente Pedro Eduardo Graça Aranha, (mandato de dois anos), Pronabio, tem como representante, João Paulo Capobianco (ISA) que não tinha mandato estabelecido até esta Assembléia. Quanto à representação da Rede no PDA, Khátia Vasconcelos (Núcleo Amigos da Terra) enviou carta solicitando sua substituição. Dentro desse item foi proposto também a substituição de Antônio Carlos Assunção (Terra Viva –BA) por não mais fazer parte do Terra Viva. Durante a discussão do assunto, Miriam Prochnow recomendou que a RMA solicitasse dos representantes o envio de relatórios sobre as atividades desenvolvidas e que é preciso ter disponibilidade para participar das reuniões. Acrescentou ainda que as representações são muito importantes para a Rede. Ao final foram votadas duas propostas: a primeira de que Daniela Narti (Associação Viane/SC) assumisse a titularidade e a segunda que continuasse como suplente e fosse eleito um novo titular. Venceu a segunda proposta e a Assembléia elegeu Giovana Cartaxo (Instituto Ambiental do Ceará – IAEA – CE) para titular e Glauco Regis Florisbelo (CTA – ZM) para suplente. Renato Cunha,

5

7.º SÉTIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº 008

08 MAIO 2002

Dr. José Antonio Michaluat  
Oficial

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB  
Nº 1333

lembrou a proposta de Miriam Prochnow quanto a elaboração de relatórios por parte dos representantes, e propôs que a Coordenação da Rede se comprometesse a cobrar essa providência dos mesmos. A Assembléia apreciou, ainda, a indicação de representante da RMA no grupo de trabalho instituído pelo governo de Sta. Catarina para estudar a criação de Unidades de Conservação de Mata Atlântica Ombrófila Densa no Estado. Miriam Prochnow, após tecer considerações sobre o trabalho que a Apremavi vem realizando no estado, indicou a entidade, a ser representada por Leandro Casanova, para ocupar a vaga, tendo a Assembléia aprovado a indicação. Renato Cunha informou sobre o Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina, que estabeleceu a criação de uma comissão para discutir o manejo florestal e que uma das vagas seria para a RMA, foi indicado e aprovado o nome de João de Deus do Grupo Pau - Campeche para titular e foi delegado ao próprio João a escolha do suplente. Em seguida, Miriam Prochnow, em nome do NAPMA - Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica do MMA, informou que a Portaria que institui o Núcleo já havia sido encaminhada. Ela determina que ele contará com uma Comissão Executiva composta por técnicos contratados e uma Comissão de Coordenação paritária composta por 16 (dezesseis) representantes. Sua função será assessorar a Comissão Executiva no acompanhamento da implementação do Subprograma Mata Atlântica e na proposição de ações e políticas nacionais para a Mata Atlântica. Para isso, a Rede deverá eleger 03 (três) representantes - titulares e suplentes, sendo um por região (Sul/Centro Oeste, Sudeste e Nordeste), para comporem a Comissão de Coordenação. Informou ainda que a primeira reunião será realizada, assim que a Portaria for publicada. Renato sugeriu que a seleção e indicação tanto do titular como do suplente fossem feitas pelas entidades presentes na Assembléia, que reuniram-se de acordo com a região geográfica em que estão situadas e apresentaram as seguintes indicações: Região Sudeste: titular, Pedro Eduardo Graça Aranha (Os Verdes); suplente, Helena Maltez (WWF-Brasil/Brasília); Região Nordeste: titular, Paula Frassinete (Apan/PB); suplente: Genario Ferreira Azevedo (Fundação Cepema - CE); Região Sul: titular, Alexandre Krob (Projeto Curicaca/RS) e suplente, Alessandro Menezes (Ecoa/MS). Alexandre Krob sugeriu que fosse definido um período de vigência de 02 anos para o mandato para os representantes e que esses enviassem relatórios de atividades a RMA. Mário Mantovani solicitou a palavra para explicar que ao consultar o cadastro da RMA, percebeu que outras quatro entidades deveriam ser excluídas, por não mais existirem, citando seus nomes e solicitando a posição da Assembléia quanto a sua exclusão: Associação Comunitária de Alto Gestão, Centro de Estudos Indígenas Miguel A. Menendez, Instituto Geológico - Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo e Associação Ecológica de Monte Alto, todas de São Paulo. Por unanimidade, a Assembléia deliberou pela exclusão. O item seguinte a ser discutido seria a proposta de alteração do estatuto da RMA. Renato Cunha propôs, que devido à complexidade do tema, fosse discutido na próxima Assembléia, cabendo à Coordenação apresentar uma proposta à mesma, o que foi aprovado. Sugeriu ainda que fosse analisada a possibilidade da RMA se transformar em uma OSCIP e que o estatuto fosse adaptado para tal fim. Pedro Eduardo Graça Aranha (Os Verdes) sugeriu que fosse criado um Grupo de Trabalho para analisar, elaborar e apresentar a proposta para a próxima reunião, tanto da alteração do estatuto quanto a transformação em Oscip. Rubens Born (Vitae Civillis), sugeriu que a proposta considerasse dois cenários: não transformação e vice-verso, com base nas vantagens e desvantagens de cada um deles, apresentando o Vitae Civilis para participar do grupo. A proposta foi aprovada, ficando constituído o seguinte GT: Vitae

6

7.º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº 007

08 MAIO 2002

Dr. José Antonio Michaluat  
Oficial

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB Nº 1333 02/09/2003

Civilis (SP), IAEA (Ceará), Avidepa (ES), Grude (RJ), Amda (MG), que inclusive já tinha uma proposta de alteração do estatuto, Apremavi (SC), Gambá (BA), Instituto Murici (Amapá), Paula Frassinetti - Apan/PB, sugeriu que na reunião da Rede de Advogados Ambientalistas que aconteceria nos dias 03 e 04/12 em São Paulo, fosse discutida a Lei de Crimes Ambientais, cujo decreto de regulamentação, concede às empresas infratoras 90% de anistia do valor de multas, caso a empresa desenvolva projetos ambientais. Sugeriu que a Rede de Advogados encaminhasse proposta de mudança desse item. Rogério Rocco (Os Verdes) e Giovana Cartaxo (IAEA) ficaram encarregados de levar a proposta a reunião mencionada. Como último ponto da pauta, foi apresentado o Projeto Institucional da RMA, por Betsey Neal, responsável pelo escritório de Brasília da Rede. A palavra foi concedida a Maiza Andrade, assessora de comunicação da RMA, que em nome do Grupo de Trabalho de Comunicação, constituído por iniciativa própria dos seguintes componentes: Paula Azevedo (Fundação Biodiversitas - MG), Giovanna Cartaxo (IAEA - CE) e Leonardo Castro (Os Verdes - RJ), Clarisse Goldberg (SOS Mata Atlântica - SP), Vera Lúcia da Paz (AABRI - ES), Helena Maltez (WWF-Brasil - SP) e Tiaraju de Mesquita Fialho (SPVS - PR) apresentou proposta de comunicação para alcance dos objetivos das ações previstas pela Linha Estratégica IV.2.3 do Projeto do Apoio Institucional à RMA aprovado pelo PPG7 que prevê a disseminação de informações sobre a Mata Atlântica. Um dos pontos da proposta é que a assessoria de comunicação seja transformada numa agência de notícias, recebendo informações das entidades "elos" e veiculando-as através do boletim eletrônico que até a data da assembléia era enviado para 2000 endereços eletrônicos. Rubens Born (Vitae Civillis) lembrou que foi decidido em Campo Grande, que se trabalhasse melhor os fatos aos quais cada entidade está exposta diariamente, e sua capacitação para transformá-los em notícias e que assim seria mais interessante que a criação de uma agência. João Paulo Capobianco (ISA) reforçou a sugestão de Rubens Born, prevendo a complexidade do assunto. Sugeriu como alternativa, a elaboração de um projeto para enviar as informações coletadas para algum órgão que pudesse formatá-las como notícia. A Assembléia, por insuficiência de tempo, não deliberou sobre a proposta apresentada, decidindo no entanto, que a mesma deveria ser encaminhada para a reunião de planejamento estratégico da Coordenação da RMA. Maria Dalce Ricas (Amda) apresentou proposta de planejamento, esclarecendo que a finalidade da mesma, é contribuir para facilitar o processo. A proposta foi entregue à mesa, fazendo parte dessa ata como anexo. A Assembléia deliberou ainda, que para o detalhamento do plano de ação da RMA para 2002 fosse realizado pela Coordenação uma oficina de planejamento estratégico. Devido ao fato de que diversas pessoas tinham de se retirar da assembléia, para se dirigir ao aeroporto, deliberou-se pelo seu encerramento às 15:00 (quinze) horas. Não havendo nada mais a tratar, eu, Maria Dalce Ricas, com base em anotações feitas por Maria Celina, Betsey Neal, degravação das fitas e informações de Wilgold B. Schafer., Mírian Prochnow, Giovana Cartaxo, Maiza Andrade e Elizabete Lino de Oliveira, redigi a presente ata, que está assinada por mim e pelo Coordenador Renato Pegas Paes Cunha.

São Paulo, 02 de dezembro de 2001.

Maria Dalce Ricas

Renato Pegas Paes Cunha

POUQUETO de Notas  
Edição 2001 - Ibelian  
AV. ACH - Pólo de Confer - Salvador/BA  
Reconhecido POR SERELIANCA as fitas  
de  
09/08/02-RENATO PEGAS PAES DA CUNHA  
Salvador, 03 de Maio de 2002  
Visto - MARIA JOE ELLEN MARCEL  
SACREVENTE  
EST. CARLITO SUES - TIVIA - SELD  
NUP

7.º SETÍMO OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA N.º

008

08 MAIO 2002

Dr. José Antonio Michaluat  
Oficial

00001233

**SÉTIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA**

Rua XV de Novembro, 251 - 5.º And. - São Paulo - SP - Tel. 3291-5566

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO NO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA SOB NÚMERO DE ORDEM 23632 E AVERBADO EM MICROFILME NO LIVRO "A" DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA SOB NÚMERO 13028

São Paulo,

08 MAIO 2002

Oficial Bel. OSÉ ANTONIO MICHALUAT

ALFRED WILHELM SCHNEIDER  
ESCREVENTE



7.º SÉTIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Valor Cobrado pelo ato  
Total Pago. 27,96  
R\$.  
Esse valor inclui os 27% devidos ao Estado, 20% devidos à Cart. Prev do IPESP e 5% RFG Civil pagos por guia  
Recibo.....

§

Serviço Notarial no 8.º Ofício de Notas  
Rua São Paulo, 484 - Lj. 07 e 09 - Centro

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
NASCIA RUIZE RIGONE

Muito obrigada. Dr. JOSÉ ANTONIO MICHALUAT -  
Em testemunho de verdade,

SOLANGE ARBESLINDO

*Solange Arbesslindo*



7.º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital  
A autenticação deste documento em 142 folhas é feita na folha n.º 006

7.º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital  
10 SET. 2003  
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 251 - 5.º And. - F.: 3291-5566

010  
08 MAR 2002

**PRORROGAÇÃO DE MANDATO**

Dr. José Antônio Michaluart  
Oficial

Por deliberação da Assembléia Geral da Rede de Ongs da Mata Atlântica, realizada em São Paulo, nos dias 01 e 02 de dezembro de 2001, fica prorrogado o mandato da atual Coordenação, até a próxima Assembléia, que será necessariamente realizada no ano de 2002.

RECEBUEIRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
07/08 - (Av. W3 Sul)  
Tel: 223-4508/Fax: 225-6602 - Brasília-DF  
FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB  
Nº 00041333  
22/09/2003

São Paulo, 02 de dezembro de 2001

Entidade	Nome	Assinaturas
AMOA	Maria Oda Ricas	
FUND. CEPENIA	Genario AZEVEDO	
GRU DE	Luiz Carlos Gomes do Couto	
Núcleo Amigável Terra/Brasil	Ulisses Franz Bremer	
FUCONAM S	Maria Helena Brancher	
APREMAVI	LEANDRO CASANOVA	
AABRI	Vera Lúcia do Paz	
ERDA.	ALESSANDRO MENEZES	
INSTITUTO Amb.	Geovana Ms Cantoso	
TERRAZUL	Maria do Socorro Gonçalves	
ASPROAV	ALEXANDRE FAGUNDES	
Instituto Ambiental	Roseli Telles	
GTAE	ANA LUCIA MONTEIRO	
APTA	Paulo Henrique Rodaill	
Anjos do Tempo	João Batista Reis Alamo	
GEJCA	Renis Valer Es Coraer	
MOPEC	JOE ANTONIO MARQUES OLIVEIRA	
APAN	Paula Ferraz de Lencastre Duarte	
MATER NATURA	PAULO A. PIZZI	
SPUS. COZITIBA	Tiamaju M. FERRAZ	
TERRAVIVA	Alexandre Silveira	
Rede de Interc. de Tec. Alt.	Valeska D. Ribeiro	
CTA-ZM	GLAUCO REGIS FLORISBELO	
PROTER	JOHN DEITENBACH	
Rede VIVA	Renis Valer Es Coraer	
ACAPRENA	Regiane H. Reuter	
NEP.	CECILIA PUGLIESE GARAT	
CURICACA	Alexandre Knob	



879.058



**REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA**

BEL. JOSÉ ANTONIO MICALUAT  
OFICIAL  
RUA XV DE NOVEMBRO, 251  
5º ANDAR - CENTRO  
FONE (011) 3291-5566  
CEP 01013-001 - SÃO PAULO - SP

12º OFÍCIO DE REG DE PESSOAS JURÍDICAS  
ICRS 504.BL A, LOJA 07/08 - (Av. W3 Sul)  
Tel: 223-4508/Fax:225-6602 - Brasília-DF

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB  
O NÚMERO:

000041333

22/09/2003

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
7º OFICIAL, DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL

FOLHA N.º 001

7º SÉTIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL

08 MAIO 2002

MICROFILMAGEM

23632

Rede de Organizações não Governamentais  
da Mata Atlântica (denominação) com sede nesta capital, à

AV. Alvares Cabral, 1600 11º and

aqui representada por seu Coordenador

sr.(a) Renato Pegas Paes Cunha (Cargo)

requer a V.S. se digne determinar o registro e arquivamento do (a)  
ATA 4º Ass  
geral Ordinária anexado (a) em 03 Via(s) para todos os efeitos

legais. Nº do registro inicial 13.028

9º. Ofício de Notas  
Edição Baía - Tabellão  
R. Ach. Filúbia Pa Center - Salvador/Ba

Reconhecido POR SEMELHANÇA as firmas  
de RENATO PEGAS PAES DA CUNHA  
em 03 de Maio de 2002

[Assinatura]  
Escritor José Faleta Gabriel  
Escritor  
Obrigado constituir o selo

Nestes termos,

P. Deferimento

São Paulo, 07 de MAIO de 2002

[Assinatura]